

## MAER-GAPBR-GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA/DF

**Estudo Técnico Preliminar 153/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 67284.004610/2025-81

**2. Descrição da necessidade**

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar visa formalizar a justificativa técnica e econômica para a cessão de uso onerosa (concessão ou permissão de uso) de áreas públicas atualmente subutilizadas ou ociosas (pequenos espaços não edificáveis no edifícios público do Comando da Aeronáutica), com o objetivo de instalar e operar uma gama de serviços convenientes para os militares e civis lotados nas diversas Organizações militares sediadas nos prédios principal e anexo.

2.2. A proposta envolve a implantação do serviço de Minimercado autônomo. Esta iniciativa está em consonância com as diretrizes de modernização da gestão pública, otimização do patrimônio e geração de receita, bem como promover o oferecimento de amenidades ao público interno e bem estar social.

2.3. Fundamentação e Interesse Público:

- Uso eficiente de bens públicos ociosos: Espaços vazios em imóveis públicos representam custo de manutenção e risco de degradação. A sua ocupação mediante cessão onerosa reduz custos, preserva o patrimônio e promove ocupação ativa dessas áreas.
- Geração de receita e sustentabilidade financeira: A exploração comercial mediante pagamento de preço público e/ou percentual sobre receita cria fonte de arrecadação para o ente público, que pode ser empregada em serviços essenciais ou manutenção predial.
- Fomento à micro e pequena iniciativa empresarial: A abertura para concessões de pequeno porte favorece empreendedores locais, promovendo emprego e dinamização econômica.
- Segurança e formalização: A formalização contratual e o controle técnico exigido nas cláusulas contratuais reduzem riscos jurídicos e operacionais, assegurando cumprimento de normas de segurança, prevenção de fraudes e responsabilidade por manutenção e reposição.

2.4. A cessão de uso oneroso encontra respaldo na legislação pertinente (Lei Federal no 14.133/2021), sendo uma ferramenta legal para promover o uso social e econômico de bens públicos, desde que observados os princípios da publicidade, impessoalidade e vantajosidade para a Administração Pública.

2.5. Com base nos princípios de gestão pública, na necessidade de otimizar o uso do patrimônio e na clara identificação dos benefícios socioeconômicos para os mais de 3.000 militares e civis que utilizam as instalações do Prédio do Comando da Aeronáutica, depreende-se que a implementação desta proposta é um passo fundamental para transformar passivos (espaços ociosos) em ativos (serviços e receita), consolidando uma gestão pública mais eficiente e voltada para as necessidades do efetivo.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento do GAP-BR	VINÍCIUS DAVID FLORÊNCIO DE FARIA - 1º Ten Int

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A cessão de uso deverá impor aos Concessionários contrapartidas que garantam a qualidade e a segurança da operação, além da outorga financeira como requisitos:

### 4.1.1. Requisitos para a Cessão e Modelo de Operação:

- **Modelo Completo (Minimercado autônomo):** O Concessionário deverá ser responsável pela solução completa, incluindo a aquisição, instalação, manutenção (preventiva e corretiva), abastecimento, limpeza e a gestão de resíduos das máquinas.
- **Qualidade e Estética:** O projeto de instalação deve ser previamente aprovado pelo Grupamento de Apoio de Brasília, garantindo a harmonia estética com o entorno e o cumprimento das normas de acessibilidade e segurança.
- **Prazo e Revogabilidade:** A cessão será estabelecida por prazo determinado, com possibilidade de renovação, e cláusula expressa de revogabilidade unilateral pela Administração Pública, em caso de descumprimento das obrigações ou por interesse público superveniente.

### 4.1.2. Critérios Técnicos e de Segurança:

- **Localização e compatibilidade urbanística:** Selecionar áreas com fluxo de pessoas compatível com a natureza dos serviços, sem prejuízo ao espaço público e ao direito à mobilidade.
- **Especificações técnicas:** Estabelecer requisitos mínimos de infraestrutura (dimensões do espaço, rede elétrica dedicada, proteção contra intempéries, conectividade, ventilação e isolamento para o Minimercado autônomo) e padrões estéticos coerentes com o entorno.
- **Segurança física e lógica:** Exigir soluções de segurança (câmeras, iluminação pública adequada, alarmes) e protocolos de segurança da informação, incluindo responsabilidade por fraudes comprovadas quando decorrentes de falhas operacionais do concedente privado.
- **Acessibilidade universal:** Garantir conformidade com normas de acessibilidade (rampas, altura adequada para atendimento, sinalização tátil/visual) para atendimento inclusivo.
- **Manutenção e SLA:** Cláusulas contratuais que definam níveis de serviço (SLA) para tempo máximo de inoperância, prazos para reposição de estoque em Minimercado autônomo.

### 4.1.3. Modelo Econômico e Garantias Contratuais:

- **Forma de remuneração:** A cessão poderá prever pagamento de preço público fixo (valor mensal), percentual sobre a receita bruta, ou combinação de ambos, definidos em estudo de viabilidade econômica que considere potencial de mercado, custos de implantação e manutenção.
- **Garantias:** Exigir garantias contratuais (caução, seguro garantia, fiança bancária) para cobertura de obrigações contratuais, danos ao patrimônio público, e custos de remoção e restituição do espaço ao final do contrato.
- **Prazo e renovação:** Estabelecer prazo de vigência compatível com o retorno dos investimentos (p.ex., instalação e adaptação técnica), sem prejuízo do interesse público, com cláusula de não renovação automática, sujeita a nova avaliação e procedimento público quando aplicável.

### 4.1.4. Transparência, Controle e Fiscalização:

- **Cláusulas de monitoramento:** Prever obrigatoriedade de relatórios periódicos com indicadores operacionais (número de atendimentos, tempo médio de reposição de estoques, indisponibilidades técnicas), auditorias e acesso a documentos pela administração.

- Publicidade e participação: Dar ampla publicidade ao processo seletivo, admitir recursos e garantias processuais previstas em lei, e possibilitar acompanhamento por meio de sistema eletrônico quando disponível.
- Controle interno e externo: Submeter instrumentos e execução às áreas de controle interno e à fiscalização técnica, quando aplicável.

#### 4.1.5. Mitigação de Riscos:

- Riscos operacionais: Exigir Plano de Contingência para falhas em caixas eletrônicos (resposta imediata, comunicação com a população, alternativas de atendimento) e controle do abastecimento das vending machines para evitar prateleiras vazias.
- Riscos de imagem e legais: Incluir cláusula de rescisão por descumprimento, penalidades proporcionais e procedimento de responsabilização por danos ao patrimônio ou à imagem institucional.
- Riscos financeiros: Definir cláusulas de reajuste, revisão tarifária e mecanismos para adaptação do contrato diante de variações econômicas extraordinárias.

4.2. A não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP) para as cessões de uso oneroso justifica-se pela ausência, nesse catálogo, de itens que atendam de forma específica às características técnicas, funcionais e operacionais exigidas pela rotina dos serviços a serem prestados. Dessa forma, optou-se pela especificação direta dos serviços, com base nas reais necessidades dos usuários e em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na legislação vigente.

4.3. A cessão de uso onerosa de espaços públicos ociosos ou inutilizados configura-se como um serviço de natureza continuada para a Administração Pública, e não como um ato isolado de alienação. Essa natureza se justifica pela necessidade de gestão e monitoramento constantes desses bens, pois o contrato de cessão exige a fiscalização do cumprimento das cláusulas de uso, a manutenção da adequação do espaço à finalidade pública secundária estabelecida, a garantia da periodicidade da receita (contraprestação) e a possibilidade de revisão ou rescisão contratual em face do interesse público superveniente. Assim, a Administração atua em um ciclo contínuo de gestão patrimonial ativa, garantindo que o espaço, mesmo sob uso de terceiros, continue cumprindo sua função social e gerando valor público de forma estável e fiscalizada ao longo do tempo.

4.4. A aplicação de critérios de sustentabilidade atua como um mecanismo de gestão ativa do patrimônio e de alinhamento estratégico com as políticas públicas, como o Plano de Logística Sustentável (PLS). A seguir, descrevo os critérios e práticas essenciais, alinhados com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS - 7ª Edição) e a lógica de um PLS.

4.4.1. Governança e Integridade: A transparência e a conformidade são elementos cruciais para a gestão de um serviço continuado, como a cessão.

- Prática de Integridade: Exigir que o cessionário demonstre a implementação de um Programa de Integridade (Compliance) compatível com o porte e a complexidade do uso do espaço, prevenindo fraudes e atos lesivos à Administração Pública.
- Critério de Alinhamento e Monitoramento: Inserir como obrigação contratual o alinhamento das atividades do cessionário com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, estabelecendo indicadores de desempenho claros para o uso racional de recursos e a fiscalização contínua das metas socioambientais.

4.4.2. Aspectos Ambientais e Ciclo de Vida: A sustentabilidade ambiental deve ser priorizada para mitigar impactos e garantir a perenidade do bem público, entre medidas de sustentabilidade na execução da atividade de apoio, tais como a utilização de produtos ambientalmente corretos, a separação de materiais para reciclagem e o descarte ambientalmente correto dos resíduos produzidos, dentre outras, observando, no que couber, as disposições normativas da Lei nº 8.245/1991, além do Decreto nº 5.940/2006.

- Critério de Eficiência Energética e Hídrica: Exigir, nos projetos de reforma ou adequação, a utilização de sistemas de baixo consumo de energia e outros recursos naturais, incluindo o aproveitamento de águas pluviais, o uso de fontes de energia renovável (ex: solar), e a certificação de materiais sustentáveis.

- **Prática de Gestão de Resíduos (Ciclo de Vida):** A Administração deve exigir um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a operação da atividade, priorizando a não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos e rejeitos.
- **Certificação:** Preferência por materiais sustentáveis com selos de baixa emissão de carbono e eficiência comprovada.
- **Separação na Fonte:** É obrigatória a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, conforme o Decreto nº 5.940/2006, destinando-os a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
- **Descarte Adequado:** Garantia de destinação final ambientalmente correta para rejeitos que não podem ser reinseridos na cadeia produtiva.

4.4.3. **Sustentabilidade na Execução das Atividades de Apoio:** Durante a prestação de serviços e manutenção do espaço, devem ser adotadas práticas que minimizem a pegada ecológica.

- **Insumos:** Utilização de produtos de limpeza e conservação ambientalmente corretos (biodegradáveis e com baixa toxicidade).
- **Conformidade Legal:** Observância estrita das disposições normativas da Lei nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato), no que couber às responsabilidades de conservação e uso do imóvel, além das normas ambientais vigentes.

4.4.4. **Logística Reversa:** A responsabilidade pós-consumo e pós-uso deve ser antecipada e contratualizada.

- **Prática de Responsabilidade Estendida:** Impor ao cessionário a obrigação de implementar a Logística Reversa para todos os equipamentos, mobiliários e insumos utilizados na atividade que sejam sujeitos à legislação específica, garantindo o desfazimento e a reciclagem adequados ao fim do seu ciclo de vida.
- **Critério de Reversibilidade:** Para obras e benfeitorias, o Termo de Cessão deve prever a destinação sustentável dos bens ao término do contrato, estabelecendo se serão integrados ao patrimônio público (bens reversíveis) ou se a remoção deve ocorrer de forma ecologicamente correta, com o devido plano de destinação dos resíduos da demolição.

4.4.5. **Aspectos Sociais e Culturais:** A cessão deve ser um instrumento de fomento aos direitos humanos e de promoção da Diversidade e Inclusão.

- **Critério Social de Inclusão Produtiva:** Inserir como critério de avaliação ou obrigação contratual a exigência de contratação de um percentual mínimo de mão de obra de grupos historicamente minorizados, como mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência ou minorias raciais, promovendo a inclusão social no ambiente de trabalho.
- **Prática de Acessibilidade e Função Social:** Condicionar a cessão à garantia de plena acessibilidade física ao espaço, eliminando barreiras, e definir a destinação principal da área de forma a gerar impacto positivo para a comunidade, preservando o patrimônio cultural (quando aplicável) e promovendo o acesso público e democrático aos serviços ou atividades ali desenvolvidos.

4.4.6. **Aspectos Econômicos e Critério de Melhor Custo-Benefício:** O critério de julgamento deve ir além do maior valor de outorga, focando no retorno total ao longo do tempo.

- **Critério de Melhor Custo-Benefício:** A proposta vencedora deve ser aquela que, no julgamento do certame, demonstrar o equilíbrio mais vantajoso entre a onerosidade (retorno financeiro direto) e os benefícios sociais e ambientais quantificados no ciclo de vida do contrato. Deve-se valorizar a proposta que oferece maior economicidade a longo prazo, por meio de soluções sustentáveis que gerem economia de recursos (energia, água) e minimizam custos de manutenção e descarte.
- **Prática de Capitalização Sustentável:** Avaliar o investimento proposto pelo cessionário em infraestrutura verde (telhados vivos, eficiência energética, etc.) como um fator de pontuação técnica, reconhecendo que esses investimentos reduzem os custos operacionais totais (Total Cost of Ownership - TCO) para o futuro e aumentam a qualidade do ativo público.

4.5. A exigência de garantias no processo de cessão de uso oneroso de espaço público, em consonância com o disposto na Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), justifica-se pela inegável necessidade de proteção do interesse público e de mitigação de riscos contratuais. Ao requerer uma garantia — seja na modalidade de caução, seguro-garantia ou fiança bancária —, o órgão público assegura a fiel execução das obrigações assumidas pelo cessionário, cobrindo eventuais prejuízos decorrentes de inadimplência no pagamento do preço público, danos ao patrimônio cedido ou descumprimento das cláusulas de conservação e manutenção do espaço. Essa medida de gestão de riscos é essencial para a continuidade do serviço público e para a recomposição célere de qualquer dano ao erário, reforçando a segurança jurídica do ajuste e promovendo a **eficiência** na aplicação dos recursos e na gestão do patrimônio público, conforme os princípios basilares da legislação.

4.6. A exigência de habilitação técnica aos concorrentes no processo de cessão de uso oneroso, fundamentada no Art. 67 da Lei 14.133/2021, é imprescindível para garantir que o futuro cessionário possua a capacidade operacional e profissional necessária para a plena e segura exploração do espaço e a adequada prestação dos serviços acessórios propostos. Sendo o espaço público um bem de natureza especial, a comprovação da qualificação técnica, mediante apresentação de registros, atestados ou certificações de experiência anterior compatível em complexidade e dimensão. É a única forma de mitigar os riscos de má gestão, deterioração do patrimônio ou interrupção de serviços essenciais. Assim, assegura-se que a parceria resulte em benefícios reais para o público e o erário, mantendo o padrão de qualidade e a segurança exigidos pela Administração Pública.

4.7. A possibilidade de subcontratação na cessão de uso oneroso de espaço público, sob a égide da Lei 14.133/2021, exige uma avaliação rigorosa, ponderando os princípios da eficiência e da segurança jurídica. Embora a lei preveja a subcontratação em contratos de serviços e obras, a natureza especialíssima da cessão que envolve a gestão e a exploração direta de um bem público em função da qualificação técnica e da proposta apresentada pelo cessionário vencedor — torna essa prática altamente desaconselhável. Permitir a transferência da execução a terceiros não avaliados desvirtuaria o resultado da licitação, mitigaria o controle da Administração sobre o uso do patrimônio e elevaria os riscos de inexecução ou má gestão, comprometendo a qualidade dos serviços acessórios e a receita pública. Portanto, em nome da proteção ao interesse público e da fidelidade contratual, opta-se pela impossibilidade de subcontratação da atividade principal objeto desta cessão.

4.8. A cessão onerosa de espaços ociosos dentro da área de competência legal do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR) para a implantação de serviços de Minimercado autônomo constitui uma atividade complementar de gestão patrimonial e logística, essencialmente voltada para a otimização da infraestrutura existente e a melhoria do suporte e bem-estar do pessoal militar e civil da unidade, bem como de seus usuários e visitantes. Esta iniciativa, ao introduzir serviços de conveniência e utilidade pública (como transações bancárias imediatas, soluções rápidas de segurança e acesso facilitado a lanches/bebidas), opera na esfera do apoio indireto, desafogando a necessidade de deslocamento externo para necessidades cotidianas e, simultaneamente, gerando receita que pode ser reinvestida na manutenção e aprimoramento das instalações. Assim, embora não constitua a missão-fim do Grupamento, esta atividade se integra harmonicamente ao seu escopo de competência, fortalecendo a eficiência operacional e a qualidade de vida no ambiente administrativo e operacional, configurando um uso estratégico e rentável dos ativos públicos.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. O mercado para exploração comercial em espaços públicos com serviços como Minimercado autônomo apresenta ofertas já consolidadas de fornecedores especializados e modelos contratuais variados entre permissão, cessão onerosa e concessão. Órgãos federais e municipais têm adotado a cessão onerosa por edital para Minimercado autônomo, mediante termos de referência que fixam requisitos técnicos, contratuais e de manutenção, demonstrando que esse modelo é operacionalmente viável e juridicamente adotado na prática administrativa brasileira. (Fonte: Contrato nº 013/2024 - Casa Civil)

5.2. Alternativas de modelo jurídico/contratual: - Permissão de uso onerosa (procedimento simplificado) — adequado para áreas de menor risco e baixa complexidade operacional, com vigência geralmente mais curta e fiscalização direta; - Cessão de uso onerosa por edital (concorrência/pregão/Chamada Pública) — indicada quando se busca maior transparência, critério técnico-econômico e contraprestação financeira (aluguel/outorga/repartição de receitas); - Concessão ou contrato de parceria — quando se exige investimento relevante em infraestrutura ou serviços integrados (ex.: abrigo, instalação elétrica, segurança), com avaliações econômicas mais complexas. Para vending

machines e caixas eletrônicos, a experiência prática em universidades e órgãos federais indica que a cessão onerosa por edital equilibra controle administrativo, simplicidade operacional e competitividade do mercado, permitindo requisitos técnicos mínimos e cláusulas de manutenção e reversão do bem ao fim do contrato. (Fonte: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018 da UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS)

5.3. Justificativa técnica e econômica para opção preferida (cessão onerosa por edital): tecnicamente, permite exigir capacitação/atestado de experiência (garantindo capacidade de instalação, operação, abastecimento e manutenção — importante no caso de vending machines e ATM interligado à rede bancária) e prever SLA, segurança e padrões de conservação; economicamente, possibilita fixar parâmetros de remuneração ao erário (aluguel fixo, percentual sobre faturamento ou combinação) e dividir riscos operacionais com o cessionário, sem onerar a estrutura administrativa com operação direta. Esses instrumentos também facilitam a inclusão de garantias contratuais (caução, seguro garantia) para proteção patrimonial e financeira da Administração. Editais e termos de referência usados por órgãos públicos (ex.: contratos federais e municipais) mostram que modelos com exigência de atestados técnicos e cláusulas de vedação à cessão/subcontratação foram adotados para mitigar riscos. (Fonte: TERMO DE REFERÊNCIA, iplanrio fev/25)

5.4. Medidas práticas para reduzir suscetibilidade a práticas antieconômicas: - elaborar edital com critérios de habilitação técnica claros, exigindo atestados de capacidade técnica e comprovação de interligação bancária/licenças para ATMs; - ampla divulgação e fase recursal adequada para aumentar concorrência; - estabelecimento de parâmetros de preço máximo (ou recomendação de prática de preços) e regras de oferta para evitar formação de cartel em ambientes fechados; - cláusulas contratuais que limitem subcontratação ou a condicionem à prévia anuência e comprovação de qualificação do subcontratado; - prever fiscalização regular e indicadores de desempenho (SLA para disponibilidade do ATM e uptime das máquinas, tempo de reposição de estoques do Minimercado autônomo) e multas proporcionais por descumprimento; e - definir prazos contratuais e mecanismos de reequilíbrio e rescisão que impeçam perpetuação de arranjos anticompetitivos. Essas práticas são respaldadas por editais e termos de referência de órgãos públicos que já adotaram cessões para vending e ATMs com cláusulas análogas. (Fonte: Contrato nº 013/2024 - Casa Civil)

5.5. Recomendação prática consolidada: optar pela cessão de uso onerosa regulada por edital público, com termo de referência robusto que contenha: - exigência de habilitação técnica (atestados de experiência em Minimercado autônomo); - garantias contratuais (caução ou seguro garantia); - SLA e obrigações de manutenção e reposição; - vedação ou controle estrito sobre subcontratação; - modelo econômico transparente (aluguel fixo e/ou percentual sobre faturamento); e - regras claras de fiscalização e sanção. Essa solução alia controle técnico, proteção ao patrimônio público e condições econômicas favoráveis à concorrência, minimizando riscos de práticas antieconômicas e compatibilizando-se com a realidade já observada em outros entes públicos. (Fonte: TERMO DE REFERÊNCIA, iplanrio fev/25).

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A descrição da solução para a cessão de uso oneroso de espaço público, regida pela Lei nº 14.133/2021, tem como objetivo permitir a exploração de áreas públicas por meio da instalação e operação de serviços complementares tais como Minimercado autônomo que atendam às necessidades cotidianas dos usuários e colaboradores das instalações sob responsabilidade da Administração. O arranjo proposto visa à melhor utilização dos espaços públicos ociosos, à geração de benefícios indiretos à coletividade e à melhoria da infraestrutura local, de forma sustentável e economicamente vantajosa. A execução da solução abrange todas as etapas necessárias à implantação e manutenção dos serviços, quais sejam: levantamento técnico das áreas cedidas, adequação da infraestrutura (energia elétrica, conectividade e segurança), instalação e operação dos equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, gestão de resíduos e reversão das áreas em condições adequadas ao término do contrato.

6.2. Do ponto de vista técnico e econômico, a alternativa mais adequada identificada no levantamento de mercado é a cessão de uso onerosa por meio da modalidade de licitação “concorrência”, conforme previsto no art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação que envolve o direito de uso de bem público e contraprestação financeira ao Estado. A concorrência garante ampla participação, transparência e competitividade, reduzindo a suscetibilidade a práticas antieconômicas e permitindo que o julgamento seja realizado de forma objetiva, com base

no maior valor de outorga ofertado pelos licitantes, ou seja, maior retorno econômico. Para equilibrar o aspecto econômico com o interesse público, a proposta inclui como contrapartida o pagamento de GRU (Guia de Recolhimento da União).

6.3. A solução proposta contempla ainda medidas alinhadas aos princípios da eficiência, sustentabilidade e economia circular, exigindo que os equipamentos utilizados sejam energeticamente eficientes, de fácil manutenção e recicláveis, e que o cessionário implemente planos de logística reversa para os resíduos gerados (embalagens, materiais eletrônicos, componentes metálicos). Dessa forma, além de garantir a prestação contínua e de qualidade dos serviços, a Administração estimula práticas de consumo e produção sustentáveis, reduzindo impactos ambientais e custos de descarte ao longo do ciclo de vida do objeto.

6.4. Por fim, considerando as experiências já consolidadas em outros órgãos públicos federais e municipais, a concorrência pública com cessão de uso onerosa e pagamento em GRU mostra-se como o modelo mais eficiente e equilibrado, pois alia segurança jurídica, retorno social e econômico, transparência processual e promoção de resultados sustentáveis e duradouros, em plena conformidade com os princípios e objetivos da Lei nº 14.133/2021.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A definição das quantidades e áreas destinadas à cessão onerosa de uso de espaço público fundamenta-se em critérios técnicos, financeiros e de interesse público, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, legalidade e supremacia do interesse coletivo previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021. Do ponto de vista técnico, as quantidades foram determinadas com base em estudos de viabilidade e levantamentos realizados nas dependências do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), que identificaram os pontos com maior fluxo de pessoas e demanda potencial pelos serviços propostos (Minimercado autônomo). A seleção desses locais visa atender às necessidades cotidianas de militares, servidores e colaboradores, garantindo acessibilidade, segurança e conveniência, sem interferir na rotina operacional ou comprometer a integridade física das instalações. O espaço destinado foi dimensionado conforme as exigências técnicas de instalação, infraestrutura elétrica e logística de manutenção, respeitando padrões de compatibilidade e harmonia com o ambiente institucional.

7.2. Sob a ótica financeira, a delimitação das quantidades reflete o equilíbrio entre a atratividade econômica para os futuros cessionários e a maximização do retorno para a Administração Pública. Foram analisados valores praticados (conforme Laudo Técnico acostado aos autos) no mercado para cessões similares em outros órgãos públicos e entidades federais, demonstrando que a utilização controlada e proporcional dos espaços gera receitas acessórias compatíveis com a realidade local e evita a ociosidade de áreas públicas. Tal equilíbrio assegura a sustentabilidade do projeto e contribui para o incremento patrimonial da União, permitindo inclusive a conversão das receitas em benfeitorias permanentes, que agregam valor e melhoram as condições estruturais do GAP-BR, reduzindo custos futuros de manutenção.

7.3. Além disso, a definição das quantidades observa o interesse público primário, pois visa otimizar o uso racional dos bens sob guarda da Administração, transformando áreas subutilizadas em espaços produtivos, que geram benefícios diretos à coletividade. A instalação de serviços complementares dentro das dependências do GAP-BR eleva o nível de conforto e eficiência no atendimento às demandas internas, sem gerar ônus financeiro à Administração. A viabilidade do projeto está assegurada pela compatibilidade entre a capacidade física do local, o potencial de retorno econômico, o impacto ambiental controlado e o alinhamento com o planejamento estratégico institucional.

7.4. Dessa forma, a fixação das quantidades na cessão onerosa de espaço público demonstra-se tecnicamente adequada, financeiramente equilibrada e juridicamente sustentável, garantindo a efetividade do contrato, o aproveitamento racional do patrimônio público e a geração de valor social e econômico, em estrita observância aos princípios da Administração Pública e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 31.284,00

8.1. O valor total estimado mensal da cessão onerosa é de R\$ 31.284,00 (Trinta e Um Mil, Duzentos e Oitenta e Quatro Reais).

8.2. O Laudo de Avaliação, que consubstancia o valor unitário para a composição do valor estimado da aquisição, encontra-se pormenorizado e anexado aos autos do Processo.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A contratação por itens, ou parcelamento do objeto de cessão de uso oneroso — que engloba serviços de Minimercado autônomo — justifica-se plenamente pelo princípio constitucional da busca pela proposta mais vantajosa e em estrito cumprimento ao Art. 47, § 1º, da 14.133/2021, que impõe o parcelamento quando tecnicamente e economicamente viável. Ao contrário do que se poderia supor, a dificuldade de coordenação é minimizada, pois o item corresponde a uma área física e um serviço especializado que opera de forma autônoma e independente. A gestão será facilitada, pois a fiscalização se concentrará nos indicadores de desempenho do item específico.

9.2. O parcelamento é a solução que maximiza a competitividade e mitiga o risco de práticas antieconômicas, uma vez que um único licitante dificilmente detém a expertise de mercado, a rede de suprimentos e a capacidade financeira ideal para operar, simultaneamente, o serviço com a máxima qualidade. A contratação por itens evita a perda de economia de escala para a Administração, pois permite que empresas especializadas no ramo de varejo/ Minimercado autônomo) ofereçam a melhor proposta de outorga (preço público), que tenderá a ser maior na disputa especializada. A não divisão da solução, embora tecnicamente possível (apenas uma empresa faria a gestão do espaço), resultaria em um aumento de custos administrativos ou perda de receita, pois a exclusividade forçaria o licitante a diluir os riscos e a reduzir o valor da outorga para o erário, caracterizando, portanto, uma solução menos vantajosa para o interesse público.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. No contexto da cessão de uso oneroso de espaço público regida pela Lei nº 14.133/2021, não existem contratações correlatas ou interdependentes vinculadas ao objeto em questão.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A cessão de uso oneroso de espaço público encontra pleno alinhamento com o planejamento estratégico e operacional do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), uma vez que integra-se às ações de otimização e aproveitamento das áreas sob sua responsabilidade, priorizando a eficiência administrativa, a comodidade dos usuários e a geração de receitas acessórias que podem ser reinvestidas em melhorias da infraestrutura. A contratação foi prevista no planejamento anual de gestão de bens públicos e serviços de apoio, considerando estudos de viabilidade, levantamento de mercado e demandas internas, assegurando que a exploração dos espaços ociosos seja realizada de forma transparente, técnica e econômica, em consonância com os objetivos institucionais e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, garantindo que os resultados esperados (manutenção da segurança, qualidade na prestação dos serviços e retorno financeiro) sejam atingidos de forma integrada ao planejamento organizacional da Administração.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A contratação para a cessão de uso oneroso de espaço público proporcionará diversos benefícios à Administração e aos usuários das instalações do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), entre os quais se destacam a otimização do uso de áreas ociosas, a geração de receitas acessórias que podem ser reinvestidas em melhorias da infraestrutura, e a ampliação da comodidade e segurança para militares, servidores e demais frequentadores. Além disso, a implantação de serviços como o Minimercado autônomo contribui para a eficiência operacional, reduzindo deslocamentos e tempo gasto pelos usuários em atividades de rotina, e promove a



padronização e a qualidade dos serviços prestados, ao mesmo tempo em que fortalece a gestão patrimonial, a transparência e a sustentabilidade na utilização dos bens públicos, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da Administração Pública.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Para a efetivação da cessão de uso oneroso de espaço público, serão adotadas providências administrativas, técnicas e jurídicas que assegurem a regularidade e a transparência do processo, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Inicialmente, será realizada a delimitação física e funcional das áreas passíveis de cessão, com a devida caracterização do espaço e de sua destinação específica. Em seguida, serão elaborados os Estudos Técnicos Preliminares, incluindo levantamento de mercado, análise de viabilidade e estimativa de receitas, de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro e a atratividade da licitação. Também será promovida a elaboração do edital e da minuta do contrato, contemplando cláusulas que assegurem a manutenção, conservação e uso adequado dos espaços, bem como as condições de reversibilidade das benfeitorias e as formas de fiscalização e penalização. Por fim, serão observadas as etapas de publicação, julgamento, homologação e assinatura contratual, com acompanhamento contínuo pela equipe de gestão patrimonial, garantindo o cumprimento das obrigações, a maximização dos benefícios e o alinhamento aos princípios da eficiência, legalidade e interesse público.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A cessão de uso oneroso de espaço público poderá gerar impactos ambientais pontuais e controláveis, relacionados principalmente à instalação e operação das estruturas físicas necessárias à prestação do serviço de Minimercado aut como vending machines, caixas eletrônicos e pontos de sapateiro. Entre os possíveis impactos, destacam-se o consumo de energia elétrica, a geração de resíduos sólidos provenientes de embalagens e materiais de reposição, e a ocupação física de áreas urbanas. Contudo, tais efeitos podem ser mitigados mediante a adoção de medidas preventivas e corretivas, como a utilização de equipamentos com eficiência energética, o uso de materiais recicláveis e de baixo impacto ambiental, e a implantação de práticas de logística reversa para o descarte adequado de resíduos e insumos. Além disso, será exigido dos Cessionários o cumprimento das normas ambientais vigentes e a observância de boas práticas de sustentabilidade, de modo que a exploração dos espaços públicos ocorra de forma responsável, em harmonia com o meio ambiente e em consonância com os princípios da administração sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Plano de Logística Sustentável do GAP-BR.

### **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

15.1.1. Sob o ponto de vista técnico, a solução é executável, considerando que o serviço a ser contratado (Minimercado) é autônomo, amplamente disponível no mercado e demanda apenas adequações estruturais e de infraestrutura previamente identificadas, sendo possível garantir sua operação de forma segura, padronizada e sustentável.

15.1.2. Sob o ponto de vista econômico, a cessão onerosa representa uma oportunidade de gerar receitas acessórias, que podem ser convertidas em benfeitorias permanentes, reinvestindo diretamente no patrimônio público e na melhoria da infraestrutura. O modelo proposto, com licitação na modalidade de pregão eletrônico, assegura ampla competição, transparência e eficiência econômica, reduzindo riscos de práticas antieconômicas e garantindo condições vantajosas à Administração. Além disso, a contratação integrada do ciclo de vida dos serviços incluindo manutenção, logística reversa e medidas de economia circular, reduz custos operacionais futuros e potenciais passivos ambientais, promovendo eficiência financeira e sustentabilidade.

15.1.3. Do ponto de vista administrativo, a cessão está alinhada ao planejamento estratégico do GAP-BR, otimizando o uso de áreas ociosas e integrando-se às rotinas institucionais de gestão patrimonial e serviços de apoio. A definição de providências claras para fiscalização, controle de SLA, garantias contratuais e vedação ou controle da subcontratação garante segurança jurídica e operacional, assegurando que o espaço público seja utilizado de forma responsável, dentro dos parâmetros legais e regulatórios.

15.1.4. Adicionalmente, os impactos ambientais são pontuais e mitigáveis, podendo ser controlados por meio de equipamentos energeticamente eficientes, logística reversa de resíduos, utilização de materiais recicláveis e cumprimento das normas ambientais vigentes. Tais medidas garantem que a exploração do espaço público ocorra de forma sustentável, reforçando o compromisso da Administração com a eficiência, a legalidade e a responsabilidade socioambiental.

15.1.4. Portanto, considerando os aspectos técnicos, econômicos, administrativos, ambientais e legais, a cessão de uso oneroso de espaço público é plenamente viável, oferecendo benefícios claros à Administração e aos usuários, garantindo transparência, competitividade, sustentabilidade e otimização dos recursos públicos, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios da gestão pública eficiente e responsável.

Documento emitido em Brasília/DF, no dia 27 de abril de 2026.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Este membro da equipe de planejamento está ciente das suas atribuições e responsabilizações em relação à elaboração desta demanda de cessão de uso oneroso de espaço público.

**CARLOS EDUARDO AFONSO SILVEIRA**

Membro da comissão de contratação

Despacho: Esta membro da equipe de planejamento está ciente das suas atribuições e responsabilizações em relação à elaboração desta demanda de cessão de uso oneroso de espaço público.

**DAYANE ALVES DE ABREU**

Membro da comissão de contratação

Despacho: Esta membro da equipe de planejamento está ciente das suas atribuições e responsabilizações em relação à elaboração desta demanda de cessão de uso oneroso de espaço público.

**ANTHONY TOMAZ SANTOS SILVA**

Membro da comissão de contratação



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - LAUDO DE AVALIAÇÃO - E-Market assinado.pdf (2.2 MB)
- Anexo II - PLS\_2025\_2026.pdf (882.61 KB)



ADRIANO MAIA RIBEIRO DE AZEVEDO CEL INT  
CHEFE DO GAP-BR

GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA – GAP-BR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

Bloco "M" Anexo A Térreo

AVALIAÇÃO DA PARCELA DO TOMBO DF.076-000, BENFEITORIA DF. 076-67284-E-001, PARA CESSÃO ONEROSA POR MEIO DA MODALIDADE “PERMISSÃO DE USO”

RELATÓRIO TÉCNICO

CONFERENTE:

SIDNEY Levino da Costa 1º Ten. Qocon ELT  
7435252

COORDENADOR TÉCNICO:

Leonardo NEVES de Oliveira MJ Int  
4391985

NÚMERO:

07-2025/SENG/GAP-BR

DATA:

10/12/2025

REVISÃO:

01

## RELATÓRIO TÉCNICO

**RESPONSÁVEL TÉCNICO**

AUTORA

## SARAM

**RHANNA** Suelen **VILELA** Vilas Boas 1º Ten. Qocon CIV

7435541

REVISÃO:

00

2 / 13

## SUMÁRIO

1.	TERMO DE ABERTURA .....	4
2.	OBJETIVO.....	4
3.	REFERÊNCIAS .....	4
4.	METODOLOGIA UTILIZADA .....	5
5.	OBJETO DA AVALIAÇÃO.....	5
6.	DETERMINAÇÃO DO VALOR DO IMÓVEL.....	6
7.	PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES .....	8
8.	CONCLUSÃO.....	8
9.	ANEXOS.....	10

**RELATÓRIO TÉCNICO****1. TERMO DE ABERTURA**

Relatório Técnico de Valor de Referência da parcela da área inserida no tombo DF.076-000, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Anexo A, CEP: 70045-900, Distrito Federal, ocupada pela benfeitoria DF. 076-67284-E-001, em atendimento à solicitação da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica – SEFA.

O presente documento foi elaborado por Comissão de Avaliação especificamente designada, conforme Boletim Ostensivo de N° 153 de 22 de Agosto de 2025, do GAP-BR, composta pelos seguintes militares RHANNA SUELEN VILELA VILAS BOAS, 1T QOCON CIV – presidente, LUIZ ANTONIO RABELLO DA CONCEIÇÃO, Cap COM - Presidente Substituto, SIDNEY LEVINO DA COSTA JUNIOR, 1T QOCON ELT - membro, DANILO GAMEIRO DE LIMA, 2S QSS SEL – membro; ERCILIO PEDRO SANTOS DA FONSECA, 3S QSS SOB– membro, HAISLAN NICSON MELO DA SILVA, 3S TEE – membro.

A Comissão de Avaliação de Imóveis assina digitalmente este Relatório e afirma não ter nenhum interesse, presente ou futuro, sobre o bem avaliando e consideram verdadeiros e confiáveis os documentos enviados e/ou consultados, bem como de boa fé e confiáveis as informações prestadas por terceiros.

**2. OBJETIVO**

Determinar o valor de referência da área objeto de avaliação para fins de utilização de bem imóvel por terceiros na modalidade de Permissão de Uso (item 9.4 da ICA 87-7/2023), referente à benfeitoria DF. 076-67284-E-001, medindo 8,38 m² inserida no tombo DF.076-000.

**3. REFERÊNCIAS**

1. ICA 87-7/2023 – Controle, administração e Gestão do Patrimônio Imobiliário sob administração do comando da Aeronáutica;
2. ICA 87-5/2024 – Parecer técnico para avaliação de imóveis sob jurisdição do Comando da Aeronáutica para fins cadastrais ou contábeis;
3. Ofício nº 32/SAO/1403, do Grupo de Serviços de Base ao SERINFRA-BR, de 19 de fevereiro de 2025;
4. Lei nº 7.628, de 19 de dezembro de 2024, pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana — IPTU, para o exercício de 2025, e dá outras providências; e
5. Relatório Técnico nº 25DT020 – Valores Unitários de Benfeitorias, de 15 de maio de 2025, do CEPE.



## RELATÓRIO TÉCNICO

**4. METODOLOGIA UTILIZADA**

O bem avaliando corresponde a uma parcela da área no tomo DF.076-000, que está inserido em zona urbana, com área de 8,38 m<sup>2</sup>, na Esplanada dos Ministérios.

Em virtude da inexistência de informações disponíveis compatíveis com o bem avaliando, para a utilização dos métodos previstos na NBR 14.653:2, o presente trabalho de avaliação não foi classificado quanto à fundamentação e à precisão, mas sim adotado o Relatório de Valor de Referência para o bem, conforme previsão contida no item 3.2.5 da ICA 87-7/2023.

**5. OBJETO DA AVALIAÇÃO**

O objeto da avaliação refere-se à parcela do imóvel sob responsabilidade administrativa do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), Benfeitoria DF. 076-67284-E-001, com área total construída aproximada de 28.016,90 m<sup>2</sup>, da qual será utilizada uma parcela de 8,38 m<sup>2</sup>, destinada à utilização por terceiros por meio da modalidade de permissão de uso pelo período de 1 (um) ano, destinada a empresa de E-Market.

Termo de Entrega lavrado na SPU/DF, às Folhas 45 verso a 47 verso, do livro nº 06 de Registro de atos relativos à entrega de imóveis do patrimônio da União, em 09/02/1987. O qual assim descreve e caracteriza: Esplanada dos Ministérios – Área de Expansão dos Ministérios Norte, do Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal, constituído pelo lote nº 07.

A Figura 1 apresenta a localização da benfeitoria DF. 076-67284-E-001, inserida no Tombo DF.076-000.

RELATÓRIO TÉCNICO

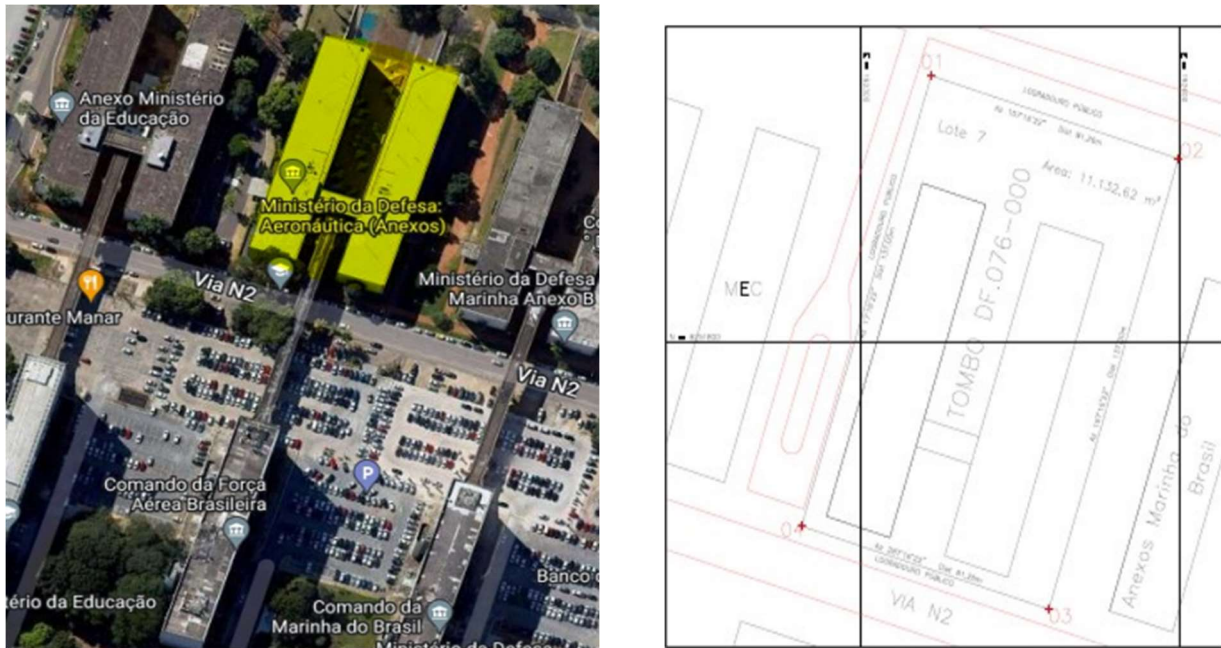


Figura 1 – Localização da benfeitoria DF. 076-67284-E-001, no Tombo DF.076-000.

6. DETERMINAÇÃO DO VALOR DO IMÓVEL

O valor do imóvel é composto pelo valor do terreno e pelo valor da benfeitoria.

6.1 VALOR DO TERRENO

Para o cômputo do valor do terreno ( $V_T$ ), foi considerada a Lei nº 7.628, de 19 de dezembro de 2024, pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana — IPTU, para o exercício de 2025. A Tabela 1 apresenta o cálculo do valor do terreno, considerando a área de 8,38 m².

Tabela 1 – Cálculo do Terreno

TERRENO				
TOMBO	REPONSÁVEL ADMINSTRATIVO	ÁREA DA SAPATARIA/CHAVEIRO (m²)	R\$/m² (R\$) Lei nº 7628/2024	$V_T$ (R\$)
DF.076-000	GAP-BR	8,38	2.691,53	22.555,02

Portanto, o Valor do Terreno da parcela destinada a empresa de E-Market, é igual a R\$ 22.555,02 ( Vinte e dois mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos)

6.2 VALOR DA BENFEITORIA

O cálculo do valor da benfeitoria foi realizado conforme a fórmula estabelecida na ICA 87-5 de 2024, a saber:

RELATÓRIO TÉCNICO

$$V_B = A_B \cdot VUB \cdot K \cdot D$$

Sendo,

$V_B$  = Valor da Benfeitoria;

$A_B$  = Área da Benfeitoria;

$VUB$  = Valor Unitário Básico da Benfeitoria, oriundo do Relatório do CEPE.

$K = 1,35$  (acréscimo para custos não previstos de administração, lucro, instalações especiais, entre outros);

$$D = (100 - K_D) / 100$$

Em que,

$D$  = Depreciação

$K_D$  = Depreciação física da benfeitoria. Este depende da porcentagem de vida útil ( $V_{Ut\%}$ ) e do estado de conservação e encontra-se para consulta na tabela 3 do anexo A da ICA 87-5/2024.

$$V_{Ut\%} = I_{FIS} / V_{Ut} \cdot 100$$

$I_{FIS}$  = Idade física da benfeitoria

$V_{Ut}$  = Vida útil da benfeitoria, conforme previsto na tabela 1 – anexo A – ICA 87-5/2024.

A Tabela 2 apresenta o cálculo do valor da benfeitoria.

Tabela 2 – Cálculo da benfeitoria

BENFEITORIA											
TOMBO	DESCRIÇÃO DA BENFEITORIA	VUB R\$/m² (CEPE)	K	$V_{Ut}$	$I_{FIS}$	$V_{Ut\%}$	Conservação	$A_B$ (m²)	$K_D$	$D = (100 - K_D) / 100$	VB
DF.076-000	E-Market	6.138,87	1,35	67	40	80	Necessitando de reparos simples	8,38	5740%	0,426	R\$ 52.140,31

### 6.3 VALOR TOTAL DA PARCELA

O calculo do valor do terreno é de R\$ 22.555,02

O calculo do valor da benfeitoria é de R\$ 29.582,29

O valor total da parcela do imóvel é de **R\$ 52.140,31 (Cinquenta e dois mil e cento e quarenta reais e trinta e um centavos)**

### 6.4 DETERMINAÇÃO DO VALOR LOCATIVO DIÁRIO DE REFERÊNCIA

A porcentagem para determinação do valor locativo sobre o valor total é de 12% ao ano, equivalente a 1% ao mês, conforme apresentado na Tabela 3.

REVISÃO:

00

7 / 13

RELATÓRIO TÉCNICO

Tabela 3 – Cálculo valor locativo

VALOR LOCATIVO					
TOMBO	Identificação da Benfeitoria	Descrição da Benfeitoria	TOTAL	12 % ANO	MENSAL
DF.076-000	DF. 076-67284-E-001	E-Market	52.140,31	6.256,84	R\$: 521,40

Ou seja, R\$ 521,40 (Quinhentos e vinte e um reais e quarenta centavos ) ao mês.

7. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES

A disponibilização do espaço do GAP-BR para terceiros, com vistas destinada a empresa de E-Market, caracteriza-se como Utilização de Bem Imóvel de Uso Especial da União por Terceiros na modalidade de Permissão de Uso, tendo em vista seu curto período de duração, o interesse do COMAER e a utilidade para a comunidade de Brasília – DF.

Quaisquer atividades econômicas exercidas dentro de uma Unidade Militar estão sujeitas a uma série de condições de contorno que não as insere em um ambiente competitivo, influenciando, dessa forma, a decisão de um agente econômico quanto à concretização do negócio. Considera-se, portanto, que o evento se encontra em mercado restrito. Assim, o presente trabalho não é classificado quanto à fundamentação e à precisão da NBR 14653, parte 2, mas sim apresenta o Valor de Referência para a cessão, baseado na ICA 87-5/2024.

8. CONCLUSÃO

Esta Comissão é de parecer que o valor para a utilização mensal de 8,38 m² é **R\$ 521,40 (Quinhentos e vinte e um reais e quarenta centavos)** ao mês a ser acrescido das despesas com Serviços Públicos.

Tendo em vista que:

- a) Todas as operações necessárias à instalação, funcionamento, manutenção e desinstalação dos quiosques ficarão por conta da empresa cessionária;
- b) Os gastos com a segurança das instalações elétricas, prevenção a acidentes e incêndios ficarão por conta da empresa cessionária; e
- c) A empresa cessionária deverá arcar com os gastos referentes a serviços públicos, caso existam, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão em tela.

## RELATÓRIO TÉCNICO

Brasília- DF, 10 de Dezembro de 2025.

**RHANNA SUELEN VILELA VILAS BOAS - 1T QOCON CIV**

Presidente da Comissão

**LUIZ ANTONIO RABELLO DA CONCEIÇÃO – CAP COM**

Presidente Substituto

**SIDNEY LEVINO DA COSTA JUNIOR - 1T QOCON ELT**

Membro da Comissão

**DANILO GAMEIRO DE LIMA - 2S QSS**

Membro da Comissão

**ERCILIO PEDRO SANTOS DA FONSECA - 3S QSS**

Membro da Comissão

**HAISLAN NICSON MELO DA SILVA - 3S TEE**

Membro da Comissão

RELATÓRIO TÉCNICO

9. ANEXOS

Tabela 1 – Valor unitário de benfeitoria – VUB

Tabela 2: Preços/m² dos tipos de benfeitoria por região

BENFEITORIA	REGIÃO SUDESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO C.OESTE	REGIÃO SUL
HANGAR DE MANUTENÇÃO (NAVE)	8.043,48	8.390,68	7.425,91	7.874,43	8.498,50
CASA DE BOMBAS E CISTERNA DO HANGAR	37.132,52	38.735,39	34.281,60	36.352,03	39.233,09
ETEI DO HANGAR	18.160,97	18.944,90	16.766,63	17.779,28	19.188,34
SUBESTAÇÃO DO HANGAR	23.115,31	24.113,12	21.340,58	22.629,45	24.422,89
OFICINA DO HANGAR	5.716,79	5.963,57	5.277,90	5.596,65	6.040,19
PRÉDIO DE COMPRESSORES DO HANGAR	3.313,19	3.456,19	3.058,82	3.243,55	3.500,61
HANGAR DE LIMPEZA DE AERONAVES	6.302,57	5.529,89	4.894,07	5.189,67	5.600,92
HANGAR DE DECAPAGEM DE AERONAVES	10.602,11	11.059,75	9.788,13	10.379,29	11.201,87
HANGAR DE PINTURA DE AERONAVES	21.204,24	22.119,58	19.576,29	20.758,56	22.403,74
PAVIMENTAÇÃO DA NAVE DO HANGAR	777,90	811,51	718,20	761,56	821,90
DEPÓSITO DE SUPRIMENTO	6.274,46	6.065,80	5.459,77	5.654,18	6.360,49
PAIOL IGLOO	9.024,83	9.414,39	8.331,93	8.835,15	9.535,37
RESIDÊNCIA	4.460,60	4.528,45	4.225,35	4.333,79	4.560,15
PRÉDIO ADMINISTRATIVO	6.270,66	6.541,34	5.789,23	6.138,87	6.625,42
PRÉDIO RESIDENCIAL	5.547,87	5.787,36	5.121,95	5.431,29	5.861,71
INFRA-ESTRUTURA COM PAVIMENTO RÍGIDO EM CONCRETO CIMENTO	1.552,84	2.361,59	1.763,07	1.752,34	1.777,24
INFRA-ESTRUTURA COM PAVIMENTO FLEXÍVEL EM CBUQ	1.241,49	1.879,60	1.463,12	1.463,71	1.395,22
SECINC	6.762,23	7.054,12	6.243,05	6.620,08	7.144,75

Fonte: Relatório Técnico 25DT020 - DIRINFRA

Tabela 2 - Vida útil

RELATÓRIO TÉCNICO

Tipo	Vida útil
Apartamentos	50
Bancos	67
Residências	60
Fábricas	50
Garagens	60
Celeiros	75
Hotéis	50
Paióis	67
Edifícios de escritórios	67
Lojas	67
Teatros	50
Armazéns	75

Fonte: ICA 87-5/2024

Tabela 3 - Estado de conservação

Estado de Conservação	Descrição
A	Novo
B	Entre novo e regular
C	Regular
D	Entre regular e necessitando de reparos simples
E	Necessitando de reparos simples
F	Entre necessitando de reparos simples e importantes
G	Necessitando de reparos importantes
H	Entre necessitando de reparos importantes e sem valor
I	Sem valor

Fonte: ICA 87-5/2024

GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA		NÚMERO: 07-2025/SENG/GAP-BR
RELATÓRIO TÉCNICO		
<div>Tabela 4 - Depreciação Física da Benfeitoria (KD)</div>		
REVISÃO: 00	12 / 13	



RELATÓRIO TÉCNICO

Idade em % de vida	ESTADO DE CONSERVAÇÃO							
	A	B	C	D	E	F	G	H
2	1,02	1,05	3,51	9,03	18,90	39,30	53,10	75,40
4	2,08	2,11	4,55	10,00	19,80	34,60	53,60	75,70
6	3,18	3,21	5,62	11,00	20,70	35,30	54,10	76,00
8	4,32	4,35	6,73	12,10	21,60	36,10	54,60	76,30
10	5,50	5,53	7,88	13,20	22,60	36,90	55,20	76,60
12	6,72	6,75	9,07	14,30	23,60	37,70	55,80	76,90
14	7,98	8,01	10,30	15,40	24,60	38,50	56,40	77,20
16	9,28	9,31	11,60	16,60	25,70	39,40	57,00	77,50
18	10,60	10,60	12,90	17,80	26,80	40,30	57,60	77,80
20	12,00	12,00	14,20	19,10	27,90	41,80	58,30	78,20
22	13,40	13,40	15,60	20,40	29,10	42,20	59,00	78,50
24	14,90	14,90	17,00	21,80	30,30	43,10	59,60	78,90
26	16,40	16,40	18,50	23,10	31,50	44,10	60,40	79,30
28	17,90	17,90	20,00	24,60	32,80	45,20	61,10	79,60
30	19,50	19,50	21,50	26,00	34,10	46,20	61,80	80,00
32	21,10	21,10	23,10	27,50	35,40	47,30	62,60	80,40
34	22,80	22,80	24,70	29,00	36,80	48,40	63,40	80,80
36	24,50	24,50	26,40	30,50	38,10	49,50	64,20	81,30
38	26,20	26,20	28,10	32,20	39,60	50,70	65,00	81,70
40	28,80	28,80	29,90	33,80	41,00	51,90	65,90	82,10
42	29,90	29,80	31,60	35,50	42,50	53,10	66,70	82,60
44	31,70	31,70	33,40	37,20	44,00	54,40	67,60	83,10
46	33,60	33,60	35,20	38,90	45,60	55,60	68,50	83,50
48	35,60	35,50	37,10	40,70	47,20	56,90	69,40	84,00
50	37,50	37,50	39,10	42,60	48,80	58,20	70,40	84,50
52	39,50	39,50	41,90	44,00	50,50	59,60	71,30	85,00
54	41,60	41,60	43,00	46,30	52,10	61,00	72,30	85,50
56	43,70	43,70	45,10	48,20	53,90	62,40	73,30	86,00
58	45,80	45,80	47,20	50,20	55,60	63,80	74,30	86,60
60	48,80	48,80	49,30	52,20	57,40	65,30	75,30	87,10
62	50,20	50,20	51,50	54,20	59,20	66,70	75,40	87,70
64	52,50	52,50	53,70	56,30	61,10	68,30	77,50	88,20
66	54,80	54,80	55,90	58,40	69,00	69,80	78,60	88,80
68	57,10	57,10	58,20	60,60	64,90	71,40	79,70	89,40
70	59,50	59,50	60,50	62,80	66,80	72,90	80,80	90,40
72	62,20	62,20	62,90	65,00	68,80	74,60	81,90	90,90
74	64,40	64,40	65,30	67,30	70,80	76,20	83,10	91,20
76	66,90	66,90	67,70	69,60	72,90	77,90	84,30	91,80
78	69,40	69,40	72,20	71,90	74,90	89,60	85,50	92,40
80	72,00	72,00	72,70	74,30	77,10	81,30	86,70	93,10
82	74,60	74,60	75,30	76,70	79,20	83,00	88,00	93,70
84	77,30	77,30	77,80	79,10	81,40	84,50	89,20	94,40
86	80,00	80,00	80,50	81,60	83,60	86,60	90,50	95,00
88	82,70	82,70	83,20	84,10	85,80	88,50	91,80	95,70
90	85,50	85,50	85,90	86,70	88,10	90,30	93,10	96,40
92	88,30	88,30	88,60	89,30	90,40	92,20	94,50	97,10
94	91,20	91,20	91,40	91,90	92,80	94,10	95,80	97,80
96	94,10	94,10	94,20	94,60	95,10	96,00	97,20	98,50
98	97,00	97,00	97,10	97,30	97,60	98,00	98,00	99,80
100	100,00	100,00	100,0	100,00	100,00	100,0	100,0	100,0

Fonte: ICA 87-5/2024



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	LAUDO DE AVALIAÇÃO - E-Market
Data/Hora de Criação:	10/12/2025 14:07:29
Páginas do Documento:	13
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	14
Hash MD5:	d1e7986aa99e8e1723cf9f3931d263ce
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ERCILIO PEDRO SANTOS DA FONSECA no dia 10/12/2025 às 11:10:32 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten RHANNA SUELEN VILELA VILAS BÔAS no dia 10/12/2025 às 11:13:02 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento DANILO GAMEIRO DE LIMA no dia 10/12/2025 às 11:13:05 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major LEONARDO NEVES DE OLIVEIRA no dia 10/12/2025 às 11:36:55 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten SIDNEY LEVINO DA COSTA JUNIOR no dia 10/12/2025 às 11:47:05 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**PLANEJAMENTO**

**PLANO**

**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO  
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA  
(PLS GAP-BR)**

**2025**

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	7
1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	8
1.1 FINALIDADE .....	8
1.2 ÂMBITO .....	8
1.3 AMPARO NORMATIVO – LEGISLAÇÃO .....	8
1.4 OBJETIVOS .....	9
1.4.1. OBJETIVO GERAL .....	9
1.5 CONCEITUAÇÕES .....	10
2 COMISSÃO GESTORA .....	11
3 METODOLOGIA .....	11
4 DIAGNÓSTICO DO GAP-BR .....	11
5 EIXOS TEMÁTICOS A SEREM ABORDADOS PELO PLS DO GAP-BR .....	13
5.1 USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS .....	14
5.2 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO .....	14
6 PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO GAP-BR .....	14
6.1 USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS .....	14
6.1.1 COPOS DESCARTÁVEIS .....	14
6.1.2 PAPEL .....	15
6.1.3 ÁGUA .....	16
6.1.4 ENERGIA ELÉTRICA .....	16
6.1.5 TELEFONIA FIXA E MÓVEL .....	17
6.1.6 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO .....	17
6.1.7 COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	18
7 DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA A3P NO ÂMBITO DO GAP-BR .....	18
8 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLS GAP-BR .....	19
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	19

## **PREFÁCIO**

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) elaborado pelo GAP-BR tem como objetivo atender à Lei 12.349, de 2010, que alterou a Lei 8.666, de 1993, regulamentada por meio do Art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, cujo texto estabelece que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar o PLS. As instruções e as regras para elaboração do Plano são determinadas pela Instrução Normativa nº 10, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 12 de novembro de 2012. O PLS compõe a auditoria do executivo federal encaminhada ao Tribunal de Contas da União para prestação de contas do que foi executado e das medidas tomadas.

Os objetivos do PLS incluem as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso, compra de materiais, serviços e contratações mais sustentáveis, adequações e projetos de engenharia, com vistas a melhorar o uso dos recursos naturais e à redução de gastos institucionais. Abrangem de forma geral itens como: materiais de consumo, energia elétrica, água, esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis.

Na administração pública federal, o PLS foi incluído no Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente, que, ao longo dos últimos vinte e dois anos, visa inserir a gestão ambiental como estímulo à reflexão e à mudança de atitude dos servidores, tornando-a rotina e evitando o desperdício, promovendo a compra de materiais mais duráveis, promovendo a utilização de softwares e meios eletrônicos, a substituição de equipamentos antigos por novos com menor gasto energético, preferindo produtos que possam ser reciclados ou que já são reciclados, evitando impressões desnecessárias, entre outros.

O PLS começou a fazer parte da história do Comando da Aeronáutica em 2018 (DCA 14-12). Desde então se busca a realização das ações com mais afinco e proteção ambiental.

Internamente ao GAP-BR, o PLS vem sendo trabalhado no sentido de promover a conscientização do efetivo sobre economia de água, de energia elétrica, a redução do uso de copos descartáveis, de papel e de impressões, na separação básica de resíduos, na caixa de recolhimento de pilhas, tampinhas e lacres, e na melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

# **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

## **1.1 FINALIDADE**

A vigência deste plano compreende o período de 25 de abril de 2025 a 25 de abril de 2026. Sua finalidade é estimular a mudança de cultura do GAP-BR, propiciando a consolidação dos princípios e valores da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento sustentável. É também escopo de aplicação do Plano orientar a gestão de recursos e eficiência do gasto público, reduzindo custos e combatendo desperdícios.

## **1.2 ÂMBITO**

Este Plano aplica-se ao efetivo e às instalações pertencentes ao GAP-BR.

## **1.3 AMPARO NORMATIVO – LEGISLAÇÃO**

- a) Art. 37 da Constituição Federal de 1988: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) Art. 170 da Constituição Federal de 1988: Impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações;
- c) Art. 225 da Constituição Federal de 1988: Trata sobre as responsabilidades e diretrizes quanto aos cuidados do meio ambiente;
- d) Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Art. 3º: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, mais especificamente em seu art. 3º onde trata dos objetivos de sustentabilidade nas licitações públicas;
- e) Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente;
- f) Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- g) Lei nº 12.186, de 5 de janeiro de 2006: Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável;
- h) Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006: Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e dá outras providências;

- i) Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012: Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP);
- j) Decreto nº 9.504, de 21 de setembro de 2018: Contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- k) Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro, de 2012: Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- l) DCA 14-12 de 2018: Institui a Política de Meio Ambiente do Comando da Aeronáutica;
- m) ICA 83-1 de 2019: Estabelece o Controle e Gestão Ambiental no âmbito do Comando da Aeronáutica;
- n) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- o) Decreto nº 11.044, de 13 de abril de 2022: Institui o Certificado de Crédito de Reciclagem – Recicla+; e
- p) Acórdão TCU nº 1752 de 2011: Recomendações para adoção de medidas para o aumento de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais, em especial energia elétrica, água e papel.

## **1.4 OBJETIVOS**

### **1.4.1. OBJETIVO GERAL**

Consolidar e aprimorar as boas práticas de sustentabilidade em andamento, bem como instituir novas ações de responsabilidade socioambiental e de desenvolvimento sustentável no GAP-BR e OM's de sua jurisdição (GABAER, EMAER, COMGEP, SEFA, DIREF, DIRENS, CENCIAR, COPAC, SECPROM, CIAER, ASPAER, CECOMSAER, CCISE, COJAER, OABR, CCABR).

O GAPBR é responsável pela gestão da água, energia, telefonia, almoxarifado, manutenção predial e transporte de todo prédio SEDE e ANEXO do Comando da Aeronáutica.

#### **1.4.1.1. Objetivos específicos**

- a) Promover uma gestão eficiente do gasto público, reduzindo gastos e desperdícios;



- b) Instituir a cultura de sustentabilidade como um valor do GAP-BR;
- c) Melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- d) Promover campanhas de conscientização e sensibilização, bem como ações participativas que gerem a compreensão sobre o papel do indivíduo e o compromisso da coletividade com a sustentabilidade, minimizando impactos ao meio ambiente e promovendo a preservação ambiental;
- e) Permitir que os atributos da sustentabilidade sejam incorporados aos planejamentos de contratação e elaboração de projetos do GAP-BR; e
- f) Reduzir os impactos ambientais com a economicidade de papel, copos, água, esgoto, energia elétrica, telefonia fixa e móvel.

## **1.5 CONCEITUAÇÕES**

Os conceitos dos termos e expressões contidos nesta publicação constam no MCA 10-3 "Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica", de 22 de abril de 2003 e no MCA 10-4 "Glossário da Aeronáutica", de 30 de janeiro de 2001, além dos termos e expressões constantes do Glossário das Forças Armadas (MD 35-0-01/2015). Para efeito deste Plano, devem ser consideradas as conceituações que se seguem:

- **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P):** Iniciativa de criação de uma agenda de responsabilidade socioambiental governamental, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a finalidade de estabelecer um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas, sociais e ambientais pelos órgãos da Administração Pública. (IN nº 10/2012);

- **PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS):** Ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. (IN nº 10/2012);

- **COLETA SELETIVA:** Coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição. (IN nº 10/2012);

- **COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (CGPLS):** Conjunto de membros do efetivo da OM, oficialmente designados pela autoridade máxima, responsáveis pelo gerenciamento do PLS. (IN nº 10/2012);

- **MATERIAL DE CONSUMO:** Todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada por dois anos. (IN nº 10/2012);

- **PRÁTICAS DE RACIONALIZAÇÃO:** Ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão de processos. (IN nº 10/2012). Iniciativa de criação de uma agenda de responsabilidade socioambiental governamental, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a finalidade de estabelecer um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas, sociais e ambientais pelos órgãos da Administração Pública. (IN nº 10/2012);

- **PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:** Ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública. (IN nº 10/2012);
- **RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS:** Materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública. (IN nº 10/2012);
- **LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL:** Processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao descarte, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado (Decreto nº 11.044, de 13 de abril de 2022); e
- **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** Parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico (todas as legislações aqui mencionadas).

## 2 COMISSÃO GESTORA

À Comissão Gestora do Plano de Gestão Logística Sustentável – CGPLS, com auxílio das demais áreas do GAP-BR e OM's de sua jurisdição, compete definir as orientações técnicas complementares, os prazos e as diretrizes para as alterações periódicas. A CGPLS, deverá encaminhar anualmente à DTINFRA o Relatório de Acompanhamento e Avaliação e realizará encontros semestrais junto aos militares das subseções envolvidas diretamente na execução para avaliar estratégias, divulgar o desempenho e indicar oportunidades de melhorias.

No GAP-BR a CGPLS é composta por militares da Seção de Infraestrutura, Serviços Gerais, Seção de Tecnologia da informação e Comunicação, Divisão de Obtenção e Contratos e Seção de Material de Intendência.

## 3 METODOLOGIA

A CG adotará a metodologia da A3P/MMA, com os seguintes passos:

- a) Criação da Comissão Gestora;
- b) Elaborar diagnóstico;
- c) Elaborar o PLS;
- d) Mobilizar e sensibilizar; e
- e) Avaliação e monitoramento.

## 4 DIAGNÓSTICO DO GAP-BR

O diagnóstico institucional de que trata o Diagnóstico (Fase 1) da metodologia utilizada, permitiu a coleta das informações necessárias, contribuindo para a definição dos objetivos e ações do PLS GAP-BR, apresentadas nos próximos itens:

## QUADRO 1 – DIAGNÓSTICO ATUAL E AÇÕES EM ESTÁGIO DE EXECUÇÃO

1- USO RACIONAL DOS RECURSOS		
AÇÕES	RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ATUAL
Copos Descartáveis	Chefe da SMI	- 6497 copos/semana.
Papel	Chefe da SMI	- Aquisição de 290 resmas/mês.
Telefonia	Chefe da STIC	<p>São aplicadas ações que proporcionam economia das ligações, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Realização de ligações externas apenas quando necessárias;</li> <li>b) Utilização de senha para desbloqueio;</li> <li>c) Telefone móvel (celular) e internet somente para os sobreavisos e infraestrutura</li> </ul>
Água e Esgoto	Chefe da SSG	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Medição realizada para todo prédio do COMAER ( Sede + Anexo)</li> <li>- Há rotina de manutenção preventiva;</li> <li>- Sensibilização do efetivo com campanhas relativas ao uso racional de água.</li> </ul>
Energia Elétrica	Chefe da SSG	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Medição realizada para todo prédio do COMAER ( Sede + Anexo)</li> <li>- Prática de desligar luzes e colocar computadores em modo suspender ao se ausentar da sala;</li> <li>- Sensibilização do efetivo com campanhas relativas ao uso racional de energia.</li> </ul>

<b>2 – GESTÕES DE RESÍDUOS</b>		
<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
Coleta Seletiva	Chefe da SSG	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter o controle da separação do lixo gerado pelo Prédio do COMAER para a adequada coleta seletiva promovida pelo Município.</li> <li>- Implantar um programa para separação e coleta de resíduos recicláveis no Prédio do COMAER.</li> </ul>

<b>3 – COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS</b>		
<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
Empenhos sustentáveis	Chefe da DOC	- Não houve informações suficientes deste dado

<b>4 - QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO</b>		
<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
Melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho	DIE/DRH	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de constante incentivo para a prática de atividade física, durante a semana de trabalho;</li> <li>- Instalação de luminárias onde faltavam nas seções; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compra de um novo bebedouro;</li> </ul> </li> <li>- Reforma dos vestiários e banheiros dos graduados.</li> </ul>

<b>5 – SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO</b>		
<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
Promover campanhas de conscientização e sensibilização	ASTIC	Necessário criar campanhas mensais, via INTRAER, com a temática de meio ambiente e sustentabilidade.

## **5 EIXOS TEMÁTICOS A SEREM ABORDADOS PELO PLS DO GAP-BR**

## **5.1 USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS**

- a) Reduzir o consumo de papel;
- b) Otimizar a utilização de copos descartáveis;
- c) Promover ações de economia e uso eficiente de energia;
- d) Promover ações de economia e uso eficiente de água;

## **5.2 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO**

- a) Promover a motivação, produtividade, saúde da força de trabalho e prevenção contra acidentes de trabalho;
- b) Contribuir para um ambiente de trabalho solidário e empático com a comunidade.

# **6 PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO GAP-BR**

## **6.1 USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS**

### **6.1.1 COPOS DESCARTÁVEIS**

**Objetivo: Diminuir o uso de copos descartáveis em 40%, com base no consumo total em 2023, até abril de 2025.**

Ações/ Metas:

- a) Incentivar o uso de recipientes não descartáveis para o consumo de água e café, como canecas, xícaras e squeeze;
- b) Divulgar via e-mail, campanhas de sensibilização para conscientizar os militares a reduzirem o consumo de copos descartáveis.

Setor responsável a executar as ações: SMI.

Estágio de Implantação: Pendente – iniciar em abril de 2025

Recurso necessário: Recurso humano e gráfico

SETOR	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FINAL
SMI	SMI	Aprovação PLS	Permanente

**INDICADOR – COPOS DESCARTÁVEIS:**

$$IC = 100 - 100 \times CM / CH$$

CM: consumo mensal de todos os tipos de copos descartáveis.

CH: consumo histórico mensal de todos os tipos de copos descartáveis.

### 6.1.2 PAPEL

**Objetivo: Diminuir até a b r i l de 2026 o uso de papel em 20%, com base no consumo em 2024.**

Ações/ Metas:

- a) Reaproveitamento de material impresso para rascunho;
- b) Adotar medidas para economia de papel, como exemplo, “modo de impressão frente e verso”;
- c) Sempre que possível, fazer uso de documento digital ao invés de impresso;
- d) Revisar os documentos antes de imprimir;

Setor responsável: SMI

Estágio de Implantação: Ativo

Recursos necessários: Recurso humano e gráfico

SETOR	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FINAL
SMI	SMI	Aprovação PLS	Permanente

Meta 02: Concitar o efetivo a utilizar primordialmente meios de comunicação eletrônicos e sempre que possível tramitar documentos por via eletrônica (SIGADAER).

- 1) Promover, a conscientização dos servidores em priorizar o uso de documentação eletrônica (não-impressa)
- 2) Orientar todos os setores a imprimir somente se absolutamente necessário
- 3) Imprimir, preferencialmente, documentos frente/verso e em modo de qualidade normal ou menor conforme a qualidade da impressora, bem como instruir o efetivo para a adoção de tais medidas e a forma de como reconfigurar as impressoras caso seja necessário imprimir somente frente.

SETOR	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FINAL
-------	-------------	-------------	------------

STIC	STIC	Aprovação PLS	Permanente
------	------	---------------	------------

### 6.1.3 ÁGUA

**Objetivo: Implantar o uso racional de água no GAP-BR visando uma redução de 15% do consumo até abril de 2026 em relação ao consumo de 2024.**

Ações:

- a) Promover campanhas de conscientização para o não desperdício de água;
- b) Realizar ações preventivas de levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo.
- c) Promover, a conscientização dos servidores sobre ações referentes à economia e uso correto dos recursos hídricos.

Setor responsável: SSG

Estágio de Implantação: Pendente – iniciar em abril de 2025

Recursos necessários: Recurso humano e tecnológico para divulgação da campanha.

SETOR	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FINAL
SSG	SSG	Aprovação PLS	Permanente

### 6.1.4 ENERGIA ELÉTRICA

**Objetivo: Implantar medidas de economia de energia elétrica, com o fito de redução de 10% no consumo, em kW/h, até abril de 2026, com base no consumo em 2023.**

Ações:

- a) Supervisionar o consumo mensal de energia no prédio do COMAER;
- b) Campanhas de economia de energia elétrica via e-mail e intraer;
- c) Desligar luzes e monitores ao se ausentar do ambiente;
- d) Promover, a conscientização dos servidores quanto ao desligamento de luzes internas, externas (desde que não seja comprometida a segurança) e monitores na hora do almoço e ao término do expediente;
- e) Sensibilizar os Servidores quanto à necessidade de poupar energia elétrica

Setor responsável: SSG

Estágio de Implantação: Ativo

Recursos necessários: Recurso humano e gráfico

SETOR	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FINAL
SSG	SSG	Aprovação PLS	Permanente

### 6.1.5 TELEFONIA FIXA E MÓVEL

Objetivo: monitorar o custo de telefonia fixa, móvel e de internet do GAP-BR.

Ações/ Metas:

- Disponível um aparelho telefônico em cada seção do GAP-BR e uma senha telefônica para cada militar, sendo assim as ligações realizadas são incluídas no controle.
- Monitorar o consumo e valores pagos.

Setor responsável: STIC

Estágio de Implantação: Ativo

Recursos necessários: Recurso humano e gráfico

SETOR	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FINAL
STIC	STIC	Aprovação PLS	Permanente

### 6.1.6 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Objetivo: Melhorar a qualidade de vida e o ambiente organizacional dos militares e colaboradores, a partir da atuação preventiva na promoção da saúde e da segurança, evitando ocorrências de doenças ocupacionais e promovendo participações em ações de qualidade de vida.

Ações/ Metas:

- Promover campanhas que estimulem a prática de educação física;
- Realizar campanhas e exposições para sensibilização com os benefícios das práticas de atividade física e cuidados com a saúde, com divulgação por meio da intranet, cartazes, e orientações nas reuniões com o efetivo;

Setor responsável: DRH

Estágio de Implantação: Ativo

Recursos necessários: Recursos humanos e gráfico

SETOR	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FINAL
-------	-------------	-------------	------------



DRH	DRH	Aprovação PLS	Permanente
-----	-----	---------------	------------

### 6.1.7 COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Objetivo: Inserir em todas as licitações, em termos de aquisição de bens e materiais, contratações de serviços e de projetos ambientalmente sustentáveis, as diretrizes de sustentabilidade a serem observadas pelas licitantes, conforme Art. 4º do Decreto nº 7.746/12;

Ações/ Metas:

- a) Optar, sempre que possível, por empresas que tenham reconhecido comprometimento com o meio ambiente;
- b) Adquirir material proveniente de fonte renovável (papel, madeira, mobiliário, etc.);
- c) Adotar medidas administrativas e contratuais para aquisições de materiais e prestação de serviços em acordo com a Agenda Ambiental.

Setor responsável: DOC

Estágio de Implantação: Ativo

Recursos necessários: Recursos humanos

SETOR	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FINAL
DOC	DOC	Aprovação PLS	Permanente

## 7 DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA A3P NO ÂMBITO DO GAP-BR

Considerando que a adoção de critérios ambientais no PLS deste Destacamento visa à melhoria contínua do processo de gestão, compatibilizando as práticas administrativas ao uso racional dos recursos naturais, atendendo aos preceitos constitucionais sobre a responsabilidade ambiental compartilhada, a qual alinha-se as diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Considerando a adesão à A3P ser ato discricionário do Órgão público, e que a maior parte dos procedimentos estão previstos no PLS do GAP-BR, e ainda, expõe a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente, pretende-se:

Após a aprovação e implantação do PLS, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável deverá analisar os critérios necessários para adesão à A3P tais como:

- a) Propor e aprimorar normas e instrumentos técnicos para as ações e soluções relativas à implementação da A3P;
- b) Atualizar diagnóstico socioambiental:

- Revisar programas existentes de licitação, descarte de resíduos, capacitação, qualidade e vida no ambiente de trabalho;
- Avaliar recursos financeiros disponíveis para implantação do programa;
- Promover a conscientização de todos os setores envolvidos acerca da importância da agenda para a instituição;

## **8 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLS GAP-BR**

Em observância ao disposto no PLS GAP-BR e nas normatizações vigentes, a CGPLS do GAP-BR será responsável pelo fornecimento das informações acerca do desenvolvimento das ações para o seu efetivo, a quem caberá:

- a) Coletar as informações relativas aos resultados alcançados;
- b) Realizar vistorias periódicas para verificar o cumprimento da rotina;
- c) Analisar a evolução da implementação das ações com base em indicadores;

Para a realização do acompanhamento, será adequado os seguintes procedimentos no GAP-BR:

- a) Verificação com os militares componentes da CGPLS de cada área se as ações estão sendo cumpridas.
- b) Acompanhamento das metas estabelecidas no PLS GAP-BR;
- c) Publicação das ações de sustentabilidade já realizadas através dos meios de comunicação existentes;
- d) Publicação do resumo e resultados das ações. O GAP-BR deverá realizar apuração anual das metas apresentadas no Plano, por meio de relatório de acompanhamento, de modo a demonstrar o desempenho da Organização Militar e encaminhar à DTINFRA-BR.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este Plano entra em vigor na data de sua publicação em Boletim Interno do GAP-BR.

Os casos não previstos neste Plano serão submetidos à apreciação do Chefe do GAP-BR.

**ADRIANO MAIA RIBEIRO DE AZEVEDO** Cel QUINT  
Chefe do GAP-BR



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
Data/Hora de Criação:	27/04/2026 15:14:41
Páginas do Documento:	42
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	43
Hash MD5:	e97ad12c835772a65e21717aae9026b7
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten VINÍCIUS DAVID FLORÊNCIO DE FARIA no dia 04/05/2026 às 12:23:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento DAYANE ALVES DE ABREU no dia 04/05/2026 às 14:03:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento CARLOS EDUARDO AFONSO SILVEIRA no dia 04/05/2026 às 14:18:09 no horário oficial de Brasília.